

portomar@atribuna.com.br

## Porto &amp; Mar

# Codesp registra índice recorde de investimentos no Porto

Companhia Docas utiliza quase a metade das verbas previstas em seu orçamento no primeiro semestre do ano

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

No primeiro semestre, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, estatal que administra o Porto de Santos) utilizou 49,5% das verbas previstas para o complexo marítimo no Orçamento da União neste ano. O total chegou a R\$ 105,5 milhões. Esta foi a melhor marca da Autoridade Portuária nos últimos cinco anos.

Já a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) utilizou 19,3% da dotação orçamentária para investimentos no setor. Dos R\$ 761,5 milhões que poderiam ter sido destinados aos 37 portos públicos brasileiros, R\$ 147,1 milhões foram aplicados nos seis primeiros meses deste ano. A soma de todos os recursos que não foram utilizados desde que a pasta foi criada, em 2007, chega a R\$ 6,3 bilhões.

O levantamento é da R. Amaral & Associados - Consultoria, Pesquisas e Análise de Dados. A empresa é especializada em estudos orçamentários e teve acesso aos dados ao consultar os orçamentos da União e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No Porto de Santos, a utilização de recursos federais em obras chegou quase à metade do orçamento disponível - marca recorde para o semestre. Nos 12 meses do ano passado, por exemplo apenas 50% dos

valores previstos foram aplicados em empreendimentos, cerca de R\$ 272 milhões.

O diretor-presidente da Codesp, Angelino Caputo e Oliveira, destaca que a judicialização de editais e lentidão nos processos são algumas das dificuldades para a execução do orçamento. Esses problemas têm sido minimizados com a utilização, sempre que possível, da modalidade pregão eletrônico.

"A melhor utilização dos recursos envolve, efetivamente, realizar os contratos e, sempre que possível, conseguir fechá-los com economia em relação ao orçado, permitindo a livre competição entre os interessados em realizar as obras, o que também é consequência de editais bem elaborados", explicou o executivo.

## SEP

O percentual de execução do orçamento para investimentos registrado pela SEP foi um dos piores desde sua criação, em 2007. Para a pasta, isso deve-se principalmente à crise econômica nacional e ao consequente ajuste fiscal adotado pelo Governo. No entanto, o órgão destaca os esforços em continuidade de obras e no reestudo de cronogramas de realização. Tudo para se ajustar aos limites financeiros existentes.

Segundo o diretor da R. Amaral & Associados, Rodolfo Amaral, desde 2007, os portos brasileiros deixaram de receber R\$ 6,3 bilhões da União. Isto porque, da dotação previs-



Reforma da Av. Mário Covas para implantação da Av. Perimetral é uma das próximas obras a serem feitas no Porto

ta de R\$ 8,9 bilhões, só R\$ 2,5 bilhões (28,5%) foram aplicados em obras.

Amaral destaca a necessidade de participação de parlamentares no acompanhamento desta execução orçamentária. "O que precisa ser feito é que a Câmara dos Deputados faça valer essa execução. Não adianta colocar os valores no orçamento se não utilizá-lo. Sou a favor da SEP, do ponto de vista político, mas vejo que os portos estão sendo preteridos a cada ano".

## Análises

### Burocracia

O baixo índice de utilização das verbas públicas destinadas a obras nos portos brasileiros é reflexo da burocracia e do modelo de gestão centralizado do setor, na visão do consultor portuário Sérgio Aquino. "Os investimentos caminharam mais rapidamente quando houve um fortalecimento na descentralização da gestão de portos públicos, no início da SEP (Secretaria de Portos).

### Ajuste fiscal

O consultor portuário Fabrizio Pierdomênico adverte que os percentuais de utilização de recursos precisam ser avaliados com cautela por conta do corte que foi feito no orçamento deste ano. "Também há uma coisa que precisa ser analisada: os valores contingenciados. Em função do aperto financeiro e econômico do Governo Federal, pode ser que parte do recurso disponível para a SEP esteja contingenciado e, por isso, não pode ser utilizado".

### Planejamento

A utilização dos recursos públicos dependem de projeções reais de gastos. Também é preciso que os editais de licitação sejam claros e técnicos para que não haja interferências jurídicas no caminho. A análise é do professor da Universidade de São Paulo (USP) Adriano Biava, especialista em Finanças Públicas e Economia do Setor Público. "Defendo que uma obra, para ser inserida no orçamento público, ela tem de ter um mínimo de estudo prévio, tem de se estudar seu realismo. Vai tornar mais complexo o orçamento e sua discussão, mas será mais realista. Será uma estimativa de custo para o projeto".

## Execução orçamentária no 1º sem.

| (Período: 2011 a 2015 - Em R\$) |                          |        |                             |        |
|---------------------------------|--------------------------|--------|-----------------------------|--------|
| Ano                             | Dotação executada na SEP | Em (%) | Dotação executada na Codesp | Em (%) |
| 2015                            | 147.178.056              | 19,3   | 105.567.144                 | 49,5   |
| 2014                            | 140.876.444              | 10,8   | 64.106.190                  | 21,4   |
| 2013                            | 160.344.524              | 10,8   | 77.653.425                  | 17,7   |
| 2012                            | 85.029.723               | 7,52   | 31.091.778                  | 10,5   |
| 2011                            | 103.405.886              | 11,04  | 9.383.645                   | 5,0    |

Fonte: R. Amaral & Associados